

Cadernos **IHU** *ideias*



JESUÍTAS BRASIL

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 19 • nº 323 • vol. 19 • 2021



O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação

Luiz Inácio Gaiger



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



Cadernos
IHU *ideias*

**O capitalismo de crise:
lógicas e estratégias de dominação**

Luiz Inácio Gaiger

Doutor em Sociologia pela Université Catholique de Louvain e
Colaborador Voluntário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da UNISINOS

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 19 • nº 323 • vol. 19 • 2021



Resumo

O trabalho examina o desenvolvimento histórico do capitalismo e suas feições atuais, concluindo que a lógica desse sistema engendra uma sucessão de crises, reais em suas consequências humanas, mas provocadas. O catastrofismo que se instala, justificando políticas de austeridade, não condena o sistema: ele constitui uma artimanha política que converte a gestão da crise em uma técnica de governo e de controle sobre entes políticos e agentes sociais, somada à maior liberdade concedida aos movimentos do capital. A revisão bibliográfica a esse respeito indica que essa estratégia de abandono de compromissos mínimos com o bem-estar das populações e com políticas de desenvolvimento, acrescida da tomada e exploração de territórios e bens comuns, acentuou-se sob a égide do capitalismo rentista, especulativo e improdutivo. Sentimentos de perplexidade, insegurança e desalento instauram então uma situação de crise existencial, não obstante também persista um movimento de resistência social, na contraface da sociedade de mercado.

Palavras-chave: Capitalismo. Crises. Destruição criativa. Resistência social.

Abstract

This work examines the historical development of capitalism and its current features, concluding that the logic of this system engenders a succession of crises, real in their human consequences, but provoked. The catastrophism that sets in, justifying austerity policies, does not condemn the system: it constitutes a political trick that converts crisis management into a technique of government and control over political entities and social agents, added to the greater freedom granted to the movements of the capital. The literature review in this regard indicates that this strategy of abandoning minimal commitments to the well-being of populations and development policies, plus the taking in hand and exploitation of territories and common goods, have been accentuated under the aegis of the rentier, speculative and unproductive capitalism. Feelings of perplexity, insecurity and despondency then establish a situation of existential crisis, although a movement of social resistance also persists, against the market society.

Key words: Capitalism. Crisis. Creative destruction. Social resistance.

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: Pedro Gilberto Gomes, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIX – Nº 323 – V. 19 – 2021

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: Bel. Guilherme Tenher Rodrigues

Imagem da capa: Pixabay

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003). – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. . v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Biblioteca responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil

O CAPITALISMO DE CRISE: LÓGICAS E ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO

Luiz Inácio Gaiger

Doutor em Sociologia pela Université Catholique de Louvain e Colaborador Voluntário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS

Introdução

Nos dias atuais, é improvável que cidadãos de nosso país se lembrem de um momento de suas vidas em que não se tenha falado em crise, em algo anunciado como um problema real muito sério ou como uma ameaça pairando no horizonte. Conforme o noticiário cotidiano, tratava-se invariavelmente de uma crise a ser combatida com urgência e medidas enérgicas. Fosse ela algo localizado (crise do sistema educacional, de combustíveis, de desabastecimento por conta de estiagens ou de alguma gripe) ou geral (crise recessiva, inflacionária, de déficit das contas públicas, da democracia), a crise sempre estava lá, ubíqua. Assim, nos acostumamos à ideia de que alguma coisa sempre está abaixo ou fora do normal, do desejável; mas, ao mesmo tempo, constatávamos que tal situação era inevitável, sem remédio; por conseguinte, aceitável, embora em geral não se soubesse bem de qual situação indesejável ou de qual ameaça se estava falando. Era e tem sido suficiente chamá-la de crise.

Um dos efeitos generalizados da onipresença da crise é um estado de aturdimento, que produz irreflexão e, na falta de soluções, conformismo. Torna-se razoável assumir posturas defensivas, de resignação ou de adaptação diante de um quadro que se impõe e, dada a falta de alternati-

vas, entre um sobressalto e outro induz ao hábito de conviver com ele e, por fim, resignar-se. Resta por vezes o recurso de atribuir a crise a causas gerais e poderosas, como o modelo econômico, a globalização ou o neoliberalismo – ao lado dos desmandos políticos e da corrupção, por certo – conduzindo à ideia de uma crise geral da qual todos seríamos vítimas. Ainda quando se aponta o dedo para o capitalismo, como o grande vilão, fica-se em certa imprecisão, pois uma crise do capitalismo pode significar tanto que o capitalismo esteja em crise quanto que ele provoque crises na sociedade por conta da sua lógica intrínseca – coisas bem diferentes.

Sem diagnósticos claros, inexistem soluções. A própria etimologia da palavra (do grego *krísis* e do latim *crisis*) revela que o termo crise aponta para um momento de transição, de mudanças súbitas, que requer capacidade de discernimento e de decisão. Convém por isso adentrar esse tema, examinar as relações entre capitalismo e crise com suas variantes, em particular sobre o último ponto acima mencionado, dado que a menção a crises do capitalismo é muito frequente, bem como sua equiparação a crises da economia ou da sociedade. Elementos históricos e teóricos a respeito conduzirão ao argumento principal desse artigo, quanto às feições sistêmicas do capitalismo que promovem uma sucessão contínua de crises, reais em suas consequências humanas, mas induzidas ou mesmo premeditadas. O catastrofismo que se instala nas situações mais agudas, ocupando manchetes de jornais e galvanizando redes sociais, não compromete o sistema: antes, constitui hoje uma artimanha política que dissimula a natureza das crises e os interesses em jogo, convertendo sua gestão em uma técnica de governo, de controle sobre entes políticos e agentes sociais. Trata-se de uma estratégia de enfraquecimento das resistências e de anulação dos adversários.

Para entendermos essas questões, será necessário deslindar alguns aspectos da lógica interna do capitalismo, demonstrando que a crise não é incidental, mas inerente a esse sistema, com o agravante de que, dada a sua força, os fatos econômicos determinam em alto grau o que se passa na sociedade. Contudo, a essa condição estrutural, independente das intenções, nos últimos tempos se vêm somando estratégias econômicas conscientes, indiferentes a suas graves consequências sociais ou, mais ainda, que consideram seus efeitos sociais nefastos como parte do jogo e como condição mesma de seu êxito.

Este artigo tratará dessas questões, iniciando pela devastação social provocada pela formação do capitalismo em solo europeu, a seguir reproduzida em escala mundial no processo de expansão das relações de produção capitalista, movido por uma lógica de acumulação que redundou em disputas acirradas por mercados e em crises periódicas de superpro-

dução. Uma vez instaurado, é o modo de desenvolvimento do capitalismo que engendra crises sociais e econômicas, graças aos efeitos disruptivos e seletivos dos saltos tecnológicos inerentes aos aumentos de produtividade requeridos dos vencedores da corrida por mercados e por maior extração do excedente social. Esses elementos estruturais ganham novas feições em nossos tempos, com o desenvolvimento de estratégias de domínio da sociedade e dos seus instrumentos políticos de deliberação, cuja debilidade, assim provocada, as deixa vulneráveis às imposições do sistema econômico, sem poder de reação, salvo para gerir os efeitos das crises, ficando longe de resolvê-las. As considerações finais do artigo frisam alguns desses argumentos e, mesmo brevemente, adentram um tema necessário, relativo ao movimento de resistência social que, na sua contraface, acompanha o desenvolvimento do capitalismo desde seus primórdios.

Este trabalho, de caráter eminentemente bibliográfico, decorre de estudos conduzidos há anos, como parte de atividades acadêmicas do autor, em particular os projetos de pesquisa financiados pelo CNPq desde 2000. Considerando esse escopo maior, convém frisar que a finalidade deste texto não é deter-se em todas as engrenagens do modo capitalista de produção, pois isso exigiria um ou mais trabalhos específicos, a exemplo de publicações anteriores (GAIGER, 2003; 2016). Tampouco se tenciona propor e sustentar uma teorização específica, a partir de uma corrente e ou de determinados autores, confrontando-a com outros enfoques. O objetivo desse texto, como dito acima, consiste em examinar as relações de causalidade entre a economia capitalista e as crises que a acompanham e, hoje, já não poupam ninguém.

A crise social inerente à formação e expansão do capitalismo

Já em seus primórdios, o capitalismo esteve vinculado a processos de devastação social. Para que o capital e os recursos produtivos ficassem concentrados nas mãos da burguesia nascente, no correr do séc. XVIII, houve antecipadamente a sua transferência do conjunto da sociedade para essas novas elites empreendedoras, em particular por meio da expropriação das terras dos camponeses e sua migração forçada para os burgos. Na sequência, instaurou-se um sistema de obrigações, por via de leis e da força coercitiva do Estado, para que camadas sociais laboriosas trabalhassem nas fábricas, que se multiplicavam durante a primeira Revolução Industrial, em condições aviltantes, sem direitos sociais ou qualquer proteção. O proletariado industrial nasceu a contragosto por conta dessas circunstâncias, dando origem à classe operária e à sua difícil e progressi-

va organização – não por supostas aspirações de progresso e mobilidade social de parte daqueles indivíduos. Em verdade, eles tiveram solapadas as suas raízes e enfraquecidos os seus laços de pertencimento. Experimentaram assim uma mobilidade social descendente, “livres” das restrições garantidas nas leis e nos costumes que até então impediam que fossem explorados como força de trabalho ao bel-prazer de quem detinha o capital e os meios de produção.

Esse processo histórico de acumulação primitiva do capital, reconstruído magistralmente por Karl Marx em *O Capital* (1890-1894 – cfr. cap. 24 do Livro I, volume 2), foi antecedido pela expropriação e sucedido pela exploração social de classe (WRIGHT, 2015). Além disso, talvez como fato mais dramático, irreversível no âmbito das novas relações de classe, sobreveio um quadro de desarticulação social, de aniquilamento de vínculos, identidades e sistemas de amparo mútuo, a muitas penas e somente em parte recuperados pela solidariedade operária no correr do séc. XIX. O capitalismo solapou as bases da existência humana ao converter a terra (a moradia) e o trabalho (a vida), além do próprio dinheiro, em mercadorias e fontes de lucro, nos termos da arguta análise empreendida por Karl Polanyi (1944) sobre essas transformações.

Isto ocorreu inicialmente na Inglaterra, berço do capitalismo industrial, seguida no séc. XIX de vários países da Europa. Sob a égide da segunda Revolução Industrial e do seu corolário – a necessidade imperiosa de dispor de fontes de matérias-primas e de novos mercados –, a mesma lógica estendeu-se passo a passo à totalidade do Globo. Imperialismo e guerras de conquistas, abrindo campo à colonização por meio do domínio político-militar, caracterizaram a história mundial até meados do séc. XX, não obstante terem provocado duas guerras mundiais no epicentro da própria economia de mercado. Apenas isto parece ter contido o ímpeto socialmente destrutivo do capitalismo, ao menos por algumas décadas, embora as relações de produção capitalistas não tenham cessado de expandir-se e de alterar a paisagem social de inúmeros territórios, concentrando a propriedade, a riqueza e o poder.

Em particular, quando reformas sociais e políticas redistributivas, consistentes e duradouras (reforma agrária, previdência e assistência social, tributação progressiva) não são efetivadas, ou quando há retrocessos flagrantes (FLEURY e PINHO, 2018), fica patente a correlação estrutural entre capitalismo e desigualdade, como bem demonstrou Thomas Piketty em obras recentes (2014, 2019). Não é por outra razão que nos acostumamos à ideia de que o progresso inevitavelmente acarreta custos sociais, não havendo alternativa senão pagar esse preço. Finda-se concordando em perdoar a economia por esses males, já que seu compro-

misso é o crescimento e, esse, a chave do desenvolvimento e do futuro maior bem-estar. O êxito econômico, em si mesmo, já representa uma diretiva moralmente válida, posto que útil para a sociedade (SEN, 1993). O mesmo Karl Polanyi (1947a; 1947b) demonstrou a falácia contida em tais argumentos e expectativas, que ainda seguem alimentando autoenganos e falsas esperanças (KLIKSBERG, 2000). Situações de menor desigualdade ou de preservação de sistemas de proteção social, sem os quais populações inteiras ficariam em situação de crise, não são efeitos ou desdobramentos lógicos inerentes ao capitalismo – ao contrário.

Quando padrões de dignidade e bem-estar são garantidos, quando não há crise social sistêmica, é por força de consensos e acordos políticos que se mantêm essas condições, apesar das necessidades inatas de exploração e de liberdade para agir, próprias do capitalismo. Isto explica por que as empresas globais atuam em diferentes cenários do ponto de vista das garantias sociais existentes, sem jamais propor a sua ampliação e, sim, preferindo investir nas regiões em que os óbices à acumulação sejam menores. Ademais, engendrar uma crise social para assim enfraquecer aqueles consensos e chantagear os agentes públicos, em nome dos pretensos efeitos redentores de um novo ciclo de investimentos do capital, já não é raro ou casual, como veremos.

Mesmo que inexista esse grau de premeditação, a lógica capitalista, uma vez instaurada, em geral resolve por sua força os problemas que turbam o processo de acumulação de capital, ao eliminar obstáculos e impor-se sobre o conjunto social. Aqui já não faz muita diferença se o capitalismo em questão é (neo)liberal ou não, inclusive porque também nas fases ditas de não intervencionismo estatal o capitalismo recorreu ao financiamento público e assim drenou para si a maior parte do excedente social (BELLUZZO, 2019). É da sua essência ampliar suas margens de manobra, amparar-se das formas de economia preexistentes, subordinando-as à sua lógica e transferindo a si a riqueza já produzida. Ou seja, ele absorve a riqueza anteriormente gerada, normalmente pelo trabalho vivo¹ de quem a produziu, com as limitações decorrentes desse fato que deixam tais economias sem condições de competir com a economia do capital, que lucra sobre o trabalho alheio – enquanto aquelas contam apenas com a sua capacidade laboral.

Entretanto, ainda que a acumulação do capital se valha dessas transferências, sua lógica concorrencial termina por engendrar irracionalidades sistêmicas. A forma mais consistente de conquistar e dominar mer-

¹ Sucintamente, o trabalho vivo é aquele dos produtores diretos de um bem, enquanto o trabalho morto é aquele realizado em elos anteriores da mesma cadeia de produção, pelos trabalhadores correspondentes.

cados consiste em oferecer produtos a preços competitivos, sem comprometer a taxa de lucro. Isto requer aumentos de produtividade e investimentos em capital, o que redundará em uma tendência de declínio da taxa média de lucro, fato examinado em detalhes por Karl Marx e novamente explicado por István Mészáros (2002). Entra-se assim num paradoxo. Ademais, o domínio de mercados (igualmente, como tentativa de contornar o paradoxo) exige uma capacidade de produção em grande escala, para afastar os concorrentes enquanto a demanda de mercado for positiva. Como não há árbitro, muitas empresas agem simultaneamente da mesma forma, o que apressa a saturação dos mercados e provoca crises cíclicas de superprodução, às quais se seguem quebraadeiras e processos de fusão de empresas, que voltarão com mais força para a próxima rodada.²

Ocorre ademais que a lógica de acumulação capitalista é, por assim dizer, autotélica: segue seus princípios internos, diante dos quais o envolvimento político, cultural e propriamente social é secundário, ou irrelevante. O capitalismo funciona nos mais diversos ambientes – sendo suas preferências por sociedades mais abertas ou fechadas, por regimes democráticos ou autoritários, uma questão de conveniência, caso a caso. É o que já frisara Karl Polanyi (1944; 1977), ao definir o capitalismo como uma economia autonomizada do social, ou *disembedded*, ao contrário da situação predominante nas economias que se sucederam ao longo da História. Nos termos da análise marxista, trata-se de uma situação peculiar, na qual a economia capitalista exerce tanto a função determinante quanto dominante na sociedade, como esclarece Maurice Godelier (1981; 1984).

As crises como decorrência do desenvolvimento capitalista

Desde o séc. XVIII, consoante as necessidades do processo de acumulação capitalista, as revoluções industriais têm propiciado inovações tecnológicas que se refletem em avanços significativos na capacidade produtiva e provocam reconfigurações na organização do trabalho. Assim, os ateliês típicos dos albos do capitalismo deram lugar à manufatura e, esta, às esteiras e às linhas de produção fordistas, na entrada do séc. XX, com níveis crescentes de mecanização. Todavia, embora nos tenham conduzido a uma sociedade de abundância, os saltos tecnológicos e produtivos têm cobrado uma contrapartida considerável dos trabalhadores – bastando lembrar o filme *Tempos Modernos*, de Charles Cha-

2 Foi para disciplinar essa lógica concorrencial, evitando uma espécie de canibalismo, que se instituíram leis antidumping (prática de preços inferiores aos custos reais) e antitruste (aglomerados empresariais com a intenção de monopolizar fatias do mercado).

plin – já que não redundaram em um grau proporcionalmente menor de exploração do trabalho e, tampouco, em uma divisão equitativa dos ganhos de produtividade ou em maior distribuição da riqueza. Ao mesmo tempo, como antes mencionado, a cada onda de inovações e a cada reconversão produtiva, competidores são alijados da concorrência, desaparecendo assim inúmeros agentes econômicos, enquanto o capital concentra-se em conglomerados cada vez maiores, formando oligopólios em diversos setores econômicos e, atualmente, grandes corporações globais.

Esse fenômeno cíclico de inovação foi saudado como uma força positiva do capitalismo, pois livraria a economia da paralisia e da obsolescência, mantendo-a sempre como um vetor dinâmico de produção de riqueza, à altura das necessidades crescentes da sociedade, motivadas pela expansão demográfica e por expectativas mais altas de bem-estar, entre outros argumentos. A tese mais conhecida a esse respeito, formulada por Joseph Schumpeter (1911; 1942), distingue na dinâmica capitalista dois movimentos articulados. Em primeiro lugar, um movimento ordinário de incrementos técnicos progressivos que trazem ganhos de produtividade assimilados gradativamente pela massa dos agentes econômicos. Nesse caso, os incrementos tecnológicos derivam da mesma matriz produtiva, sem causarem sobressaltos ou mudanças radicais, mas apenas adaptações. Em segundo lugar, um movimento extraordinário, episódico, que acarreta mudanças substanciais e engendra grandes saltos produtivos às custas do rompimento da matriz anterior; como efeito, descortina-se um período de imprevisibilidade e insegurança.

O motor dessas revoluções é o empreendedor, no sentido forte atribuído por Joseph Schumpeter ao termo: muitas vezes, um outsider, cujas descobertas tecnológicas e cuja ação inovadora causam furor, desequilíbrio, fortuna para aqueles que rapidamente se inserem no novo patamar produtivo (mas não para o próprio empreendedor, necessariamente) e perdas, às vezes fatais, para os retardatários. Daí tratar-se de uma destruição criadora, imanente ao desenvolvimento econômico capitalista: ela não se dá por adaptações progressivas, mas por rupturas bruscas e descontinuidades (GAIGER e CORRÊA, 2011). No passado, foram as ferrovias substituindo as carruagens; depois, a microeletrônica e a informática aposentando as válvulas e as máquinas de escrever; mais tarde, a internet e as nanotecnologias; muito em breve, a banda larga 5G e o novo reino da inteligência artificial.

A inovação gera ondas seletivas de prosperidade para quem inicia ou se posiciona o quanto antes na vanguarda das inovações, e ondas sucessivas de obsolescência e depressão para os demais, imprimindo um

ciclo qualitativamente novo ao desenvolvimento econômico. O desequilíbrio inerente ao sistema capitalista, no qual se criam brechas para a inovação, é acentuado a níveis críticos em contextos de empreendedorismo, o que acarreta ganhos e perdas seletivamente, sem garantia de que tais efeitos se compensem. Há criação e destruição – este é o ponto a não negligenciar, posto que os problemas resultantes, de insolvência e de inviabilidade dos negócios, por certo qualificáveis como situações de crise para quem os enfrenta, são inerentes a esse tipo de desenvolvimento. Tudo transcorre em nome de inovações cuja força de imposição, uma vez que entram em cena, suprime a própria questão da sua real necessidade. A título de exemplo, é de fato imperativo que tenhamos conexões via internet incomparavelmente mais velozes – cerca de dez gigabytes por segundo – do que aquelas atualmente disponíveis em redes 4G?

O progresso, como fato inevitável e presumivelmente virtuoso, é altamente questionável nessas circunstâncias. Ele faz sentido para a lógica concorrencial de acumulação do capital, posto que inovar deixa cada agente econômico à frente dos demais competidores, ainda que por um lapso de tempo. Escrevendo na primeira metade do séc. XX, Joseph Schumpeter não se deixou iludir: os rumos do progresso não são determinados pelas necessidades e aspirações dos consumidores, pois eles se comportam passivamente; tais rumos são ditados pelas estratégias empresariais de produção, que por sua vez moldam os hábitos dos consumidores. Isto inclui habituar-se ao ato de compra como forma de encontrar satisfação – senão melhor, mais rápida – diante das mais diversas vontades. Alimenta-se o processo de mercantilização da vida, o que debilita e deixa quase inoperantes os laços sociais imanentes à existência humana (GAIGER, 2015; 2016; JUNGES, 2018).

Essas tendências aceleram-se continuamente. Como diz Moysés Neto (2016, p. 5), vivemos um processo de “superestimulação e exploração ao máximo dos corpos vivos e da Terra sem respeitar os fluxos ‘naturais’, eliminando todas as fronteiras e dualismos (por exemplo, público e privado, corpo e mente)”. Ademais, são tendências conjugadas à onipresença de empresas globais cujos traços típicos são a volatilidade de seu capital, a sua deslocalização constante e a combinação flexível entre distintos regimes produtivos, conforme mais favoreçam o processo de acumulação (HARVEY, 1989). Nessas condições, a instalação de empresas em países e regiões periféricas – incensada como fator de desenvolvimento, geração de empregos etc. – pode resultar na imobilização das potencialidades econômicas locais, na eliminação dos seus elos mais fracos e, no conjunto, findando por atrelar o futuro das suas populações a uma dinâmica econômica global sobre a qual podem deter algum conhe-

cimento, mas certamente nenhum controle. Conforme se altere o quadro de oportunidades abertas pela economia global, sucede que os mesmos territórios fiquem abandonados à sua própria sorte. Mais grave ainda é quando a atuação dessas empresas, movidas por uma lógica rentista e especulativa, se dá sob a forma de expropriação e desterro das populações locais, numa reedição do colonialismo imperial do séc. XIX. Sob o impacto desse novo capitalismo extrativista (SASSEN, 2016), em que o poder do capital se exerce sobre o espaço e de cujas consequências funestas Luis Garzon (2020) oferece um quadro atual no tocante à Amazônia, vão-se riquezas naturais, biomas, territórios e sistemas de vida autóctones. Como não falar em crise?

A crise como estratégia do capitalismo

Diz a sabedoria popular que as coisas sempre podem piorar. Como argumentaremos a seguir, as crises atualmente têm sido um pretexto para medidas de interesse do capitalismo global, medidas que por sua vez geram outras crises. Toda a diferença está em quem perde com elas.

Crises fiscais, de desequilíbrio entre receitas e gastos do Estado (desde investimentos em saúde e educação a vários tipos de endividamento), há décadas têm soado o alarme da insolvência e do apelo incontornável a medidas de ajuste e a empréstimos internacionais. No caso mais clássico, o socorro provém das linhas de financiamento oferecidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), não se devendo esquecer, aliás, que boa parte do dinheiro nem chega ao Estado endividado, transferindo-se diretamente para os seus credores – ou seja, os próprios agentes do circuito das altas finanças. Em troca, exigem-se providências drásticas de ajuste fiscal, aumento de impostos, enxugamento do quadro de servidores públicos etc. Deixa-se assim comprometido o papel do Estado de financiar o desenvolvimento nacional e promover o bem-estar por via de políticas sociais e outras medidas destinadas a gerar emprego e resguardar o poder de compra da população. Via de regra, o impacto dessas políticas de austeridade é a entrada do país em um quadro recessivo, que vai da redução da atividade econômica ao desestímulo à ciência & tecnologia, com isso gerando maior dependência da economia global. Os Estados perdem a sua “capacidade de proteger suas populações dos caprichos dos mercados internacionais” (FRASER, 2014, p. 535). Justifica-se esse método político de gestão da crise, que na verdade é uma gestão de populações, como meio de prevenir um fim ainda mais aterrador (COMITÉ INVISÍVEL, 2016, p. 30).

Bem conhecido por todos os players, esse circuito já afetou incontáveis países, bastando lembrar o recente caso da Grécia, um dos 28 países membros da União Europeia, que recorreu a ela e ao FMI em 2010. Nesse caso, houve uma intervenção política indisfarçada da União Europeia, atingindo a soberania do Estado grego com ameaças de cessação das negociações caso as propostas de acordo fossem submetidas a um referendo popular – por isso não realizado. Desde então, o país tem voltado periodicamente à insolvência, recorrendo a novos empréstimos e adotando em contrapartida novas medidas de controle fiscal. Com penhoras de bens públicos e uma dívida externa avolumada, a Grécia entrou num círculo vicioso com severos efeitos sobre o emprego e a qualidade de vida da população, fatos noticiados amplamente à época pela mídia internacional (KADRITZKE, 2010).

Vale a pena mencionar esse caso porque intervenções desse gênero na vida política dos países, por iniciativa e segundo as condições e interesses do alto capital rentista e especulativo, viraram moeda corrente nos últimos anos. Tais pressões e estratégias têm afetado diretamente a nomeação a ministérios e a cargos de alta patente na administração pública de vários países, para não falar das próprias eleições. O capital tem posto os governos e as instituições políticas a seu serviço, já não mais apenas em zonas periféricas, mas também em países integrantes do centro hegemônico mundial (HARVEY, 2011). Em síntese, “a rotina dos banqueiros é anular as decisões dos parlamentos e instalar governos que favorecem seus interesses” (FRASER, 2014: 534).

O estado de crise já existente, ou que se instala em função das políticas de governo que se seguem, funciona eficazmente para congelar a agenda pública em tentativas vãs de resolvê-lo, uma vez que ditos intentos são autorizados apenas dentro de um modelo que mantém ou agrava as condições estruturais da crise e cuja aplicação já não encontra contrariedade e reação, senão passageiras. “O remédio já não serve para pôr fim à crise. Pelo contrário, a crise é desencadeada com o objetivo de introduzir o remédio” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 25). Somando-se a isso um conjunto de problemas, a política agoniza: já não há espaço para a discussão de visões e projetos: os atores políticos, acantonados em uma posição defensiva, em geral se acomodam, dadas as vantagens de fazer política sem projeto político, substituído por uma pantomina retórica de salvação da pátria, eficiente em contendas e pleitos eleitorais. Ao cabo e ao resto, os políticos findam exercendo uma função diversionista, sendo sua performance, por assim dizer, teatral, o que os qualifica para manterem-se no tablado, enquanto nos bastidores joga-se a partida de verdade.

Têm-se os ingredientes necessários para o triunfo do capitalismo de crise.

Didaticamente esclarecedor é o documentário *Inside Job* (Trabalho Oculto), a respeito das maquinações do capital rentista que culminaram na grande crise financeira de 2008. O epicentro da crise foi os Estados Unidos, mas nada ocorreu por conta de saltos tecnológicos abruptos que teriam levado à bancarrota as empresas incapazes de acompanhar as inovações. Desta feita, houve apenas destruição. Como já sucedera no escândalo de Watergate, ficou exposta a corrupção sistêmica do país, engendrada pela indústria de serviços financeiros que não hesitou em comprar veredictos das próprias agências de risco, cuja função em tese é garantir o funcionamento equilibrado e a confiabilidade do sistema. O que ocorreu na Grécia e na grande crise de 2008 evidencia o aprisionamento dos governos pelo endividamento público, feito agora às claras. O capital rentista já pouco se importa com a saúde da economia real, ou com os compromissos morais pelos quais o capitalismo produtor de bens e serviços historicamente se legitimou e desenvolveu. Na era do “capitalismo turbinado e financeirizado”, como diz Luiz Belluzzo (2019, p. 7), “os frutos do crescimento se concentraram nas mãos dos detentores de carteiras de títulos que representam direitos à apropriação da renda e da riqueza”. As engrenagens que o sistema financeiro utiliza para dominar os processos decisórios das empresas de economia real, mas também para controlar o poder político e mesmo criar um sistema jurídico paralelo que protege os grandes agentes globais da ciranda financeira, foram minuciosamente dissecados por Ladislau Dowbor (2017): o poder corporativo da alta finança “tornou-se sistêmico, capturando uma a uma as diversas dimensões de expressão e exercício do poder, e gerando uma nova dinâmica, ou uma nova arquitetura do poder realmente existente” (DOWBOR, 2017, p. 115).

Em face do quadro resultante, de impotência e inércia política, a crise atrai as atenções, mas não se resolve. Ela é um método político de gerenciamento da sociedade, serve a propósitos ardilosos de subtrair o Estado de suas funções e provocar uma paralisia nas instituições, nos governos e nas consciências. O estado de crise, premeditado ou circunstancial, se completa com narrativas catastrofistas que reiteram fórmulas emergenciais, porém lenitivas, incapazes de atacar as causas dos problemas, mas úteis para defender o sistema. Por sinal, em sua análise da crise aguda do capitalismo liberal dos anos 1920, Karl Polanyi percebeu a cegueira que guiava a busca de soluções naquele momento, sendo então isto, basicamente, o que conduziu à alternativa fascista (POLANYI, 1944). Se a História não se repete, por vezes temos visto que é por detalhe.

Perplexidade e crise existencial

Esse mesmo autor já fizera um diagnóstico dos problemas de fundo que nos afligem desde a instauração da sociedade de mercado. Trazendo essa análise para os dias atuais, Nancy Fraser conclui que o capitalismo nos coloca diante de uma crise com três dimensões indissociáveis: *ecológica*, causadora de uma “redução dos recursos terrestres não renováveis e da progressiva destruição da biosfera”; *financeira*, dada a presença de uma economia sem substância própria (sem criar riqueza na forma de serviços ou bens), parasitária e camuflada, a devastar a economia real e ameaçar a vida das populações, impotentes diante dessas engrenagens; de *reprodução social*, que por via do desemprego, precarização, insegurança e conseqüente desalento, finda “afetando as capacidades humanas disponíveis para criar e manter laços humanos” (FRASER, 2014, p. 524).

A tendência à mercantilização crescente da vida, em particular, segue de mãos dadas com o controle biopolítico de corpos e mentes. Ela atinge em nossos dias os mais diversos domínios, incluindo a esfera privada, as relações interpessoais e a construção de identidades e projetos (JUNGES, 2018; AMARAL e DIAS, 2020).

O que há de novo na atual fase do capital é que, no presente, ele dispõe dos meios tecnológicos de uma avaliação generalizada, em tempo real, de todos os aspectos dos seres. A paixão pela qualificação e pela entre-qualificação saiu das salas de aula, da Bolsa e dos registros dos subordinados para invadir todos os domínios da vida. (COMITÊ INVISÍVEL, 2018, p. 122).

Podemos relacionar essas formas de medição e controle com o *verdicto* atual de que estamos vivendo um *capitalismo de vigilância* (ZUBOFF, 2020), cuja sombra e pressão constantes sobre os comportamentos resulta cedo ou tarde em uma jogada da toalha ao chão, dado o cansaço extremo que imprime aos indivíduos, evocando a brilhante análise de Byung-Chul Han (2015). Não faltam razões para aturdimiento e perplexidade. Ao lado da apatia, do conformismo ou da expectativa ilusória em soluções vindas do alto – valendo aqui da intervenção divina ao líder demagogo –, por certo há também inconformidade, resistências e reações. No entanto, a crise humana mais profunda, que culmina como desfecho de todas essas circunstâncias, atinge o próprio sentimento de estar presente no mundo, mina a aspiração dos indivíduos a serem, pelo menos, sujeitos de sua vida pessoal – uma aspiração primordial nos dias de hoje segundo Guy Bajoit (2014). Diante de outra crise adicional, das grandes ideologias que asseguravam que podíamos caminhar para um futuro

radioso e indicavam o caminho a tomar, já não se quer lutar e, ao mesmo tempo, esperar indefinidamente que cheguemos a outro mundo.

Na linguagem lapidar do Comitê Invisível (2016, p. 33), mergulhamos em uma crise existencial, afetiva e metafísica, que aparta nosso ser do mundo em que vivemos... ausentes dele. O diagnóstico se justifica: de um lado, as bases materiais da existência individual e coletiva se encontram severamente abaladas; de outro, às pessoas em geral é cada vez mais difícil entender o que se passa, já que as categorias de entendimento e as referências socioculturais que dão sentido e impulsionam a ação humana encontram-se sem crédito, disfuncionais. Convivem e somam-se uma precariedade de recursos materiais, em meio à opulência, e um esgotamento de recursos subjetivos, empobrecendo e socavando a experiência humana.

Nem o mundo objetivo, físico, nem o mundo das ideias e valores que o interpretam e apontam direções, permitem que a dinâmica da personalidade (REMY, 1984) siga seu curso. Diante de tal estresse material e psíquico, já não é possível constituir sentidos e mobilizar-se, acionar racionalidades e sentimentos de modo coerente. Entra-se em um redemoinho, cuja saída forçada para baixo pode resultar não somente em apatia, mas em formas extremadas de negacionismo ou em paranoias sistêmicas. Essas, como se tem visto, abrem o flanco à entrada de teorias da conspiração que asseguram a coesão psicótica de indivíduos anômicos e os induzem a engajamentos gradativamente mais simplistas e ofensivos, posto que motivados por verdades ocultas que, uma vez reveladas, exigem resposta certa e determinada. Em certa medida, valeria para explicar a ressurgência do religioso em direções contrárias à modernidade décadas atrás (REMY, 1984); valeu já antes, tragicamente, garantindo o êxito de “Os Protocolos dos Sábios de Sião” – uma das provas assacadas por Hitler de que os judeus estariam tramando para dominar o mundo, devendo então ser barrados a qualquer preço.

Segundo Martin Hopenhayn (2002, p. 14), situações múltiplas e persistentes de vulnerabilidade criam fantasmas, isto é, um “desajuste entre a percepção de um problema e a magnitude do mesmo”. Nas últimas décadas, ao lado da globalização midiática, “em que nada perdura, tudo o que é sólido se desvanece no ar (...) a globalização financeira nos expõe a forças que não conhecemos e que escapam totalmente ao nosso controle”. Com grande parte da população “fora do trem da história” (...) crescem a realidade e o fantasma de vulnerabilidade” (Idem, p. 13). E uma consequência da situação de insegurança é que ela não apenas reflete, mas também reforça a desintegração social, induzindo condutas de isolamento e segregação, criando muros materiais e simbólicos, debilitando os

padrões de confiança e de reciprocidade social. A conta econômica e social desse desarraigo existencial já não tem pagador. Quanto à conta moral e política, não será recebida pelas corporações globais do capitalismo rentista, posto que ali já não há pessoas, nem responsáveis, mas apenas cálculos e algoritmos.

Contra a rendição

O capitalismo passa por crises periódicas e produz crises constantes, mas não está em crise; está, simplesmente, funcionando. Com a vantagem de ter amplos setores sociais convencidos de que as crises que ele provoca são fenômenos naturais, que se sucedem como postos de pedágio nas estradas do progresso. Contra o mal-estar, temos à disposição cada vez mais botões para clicar, pois confundir a vida com o seu modelo digital, nessa altura, parece trazer algum alívio. “Será que é possível imaginar o deserto humano que foi necessário criar para tornar a existência nas redes sociais desejável?” – pergunta o Comitê Invisível (2016, p. 142). Ademais, salienta Luiz Belluzzo (2019, p. 9), “a concorrência generalizada se impõe aos indivíduos como uma força externa, irresistível”, de tal sorte que o alívio sonhado finda substituído por mais sofreguidão, à medida que a busca de êxito individual e a competição se transferem para a realidade virtual e nela se ampliam, alimentando a corrida frenética por likes e a pirâmide de influencers, saídos de todos os lugares. O resultado não podia ser outro, como assinala Rutger Bregman (2018, p. 23): “Nunca houve tantos jovens atendidos por psiquiatras. Nunca houve tanta gente desistindo da carreira tão cedo. E, também, estamos tomando depressivos mais do que nunca.”

Não obstante esse quadro calamitoso, seria inapropriado desconhecer que o movimento de resistência social, tematizado por Karl Polanyi (1944) como outra face da ascensão do mercado capitalista no séc. XIX, não esmorece, mas retoma seu fôlego. De fato, na atualidade tem-se um movimento difuso e persistente de rejeição à ordem. Uma panóplia de iniciativas pulula em diversos lugares, às vezes com efervescência, a demonstrar que hoje se quer viver de outro modo neste mundo. Com isso, criar outros mundos, o que não deixa de acabar estabelecendo, ainda que subliminarmente, uma guerra de mundos.

Vale o registro: do sonoro movimento *Occupy Wall Street* a ecovilas protagonizadas por jovens ou por velhos militantes ainda idealistas, passando pelo veganismo, pelos círculos de mulheres, por formas de auto-gestão local e, ainda, ao lado de movimentos cidadãos de recuperação do ambiente urbano degradado pelas ondas predatórias do capitalismo, o

que se observa é uma tentativa de dar outros sentidos às coisas, à vida – e materializá-los. Diante da inépcia das instituições políticas e dos agentes públicos responsáveis em fazer as coisas para o maior número, grupos ou comunidades resolvem tomar as rédeas da situação, levando à frente projetos e ações concretas de auto-organização da vida comum.

Em artigo recente (GAIGER, 2020), caracterizamos essas iniciativas em pormenores. Dado o foco principal desse trabalho, conviria ao menos pontuar alguns aspectos. Em primeiro lugar, o fato de que invenções locais, ou mesmo as revoltas, por certo não geram uma revolução. Mas, em verdade, essa expectativa já não está no horizonte como antes, valendo mais as realizações concretas, orientadas à criação de novidades reais. Por isso, alguns traços dessas iniciativas se destacam: a) elas se postam contra a continuidade de situações de dominação, expropriação e opressão; b) alinham-se em defesa de bens comuns, como direitos, bem-estar, moradia, territórios, trabalho e bens culturais e patrimoniais; c) inclinam-se ao envolvimento em propósitos alternativos, contra a tirania do capital e dos poderes instituídos, as mudanças locais e globais ditadas de fora e a “sociedade programada”, no sentido premonitório dado ao termo por Alain Touraine (1969; 1978). Contra a ação entrópica do homo sapiens, eles colocam a terra ao centro; d) valorizam formas participativas e colaborativas em suas atividades de trabalho, gestão e direção, bem como o protagonismo de seus participantes e seu ativismo em múltiplas causas e frentes; e) enfatizam a concretude, a efetividade, o fato de sua atuação viabilizar, materializar e implantar inovações tangíveis e sustentáveis.

Tais condutas incidem sobre incontáveis questões – dos direitos humanos às questões de gênero, do trabalho à gentrificação, da produção agroalimentar aos especismos. Em seu conjunto, elas refletem uma mudança de ares: considerando que o capitalismo converteu tudo em *commodities* e, no lugar de cumprir suas promessas de prosperidade e felicidade, nos tem condenado a um estado permanente de crise, resta combater pela vida em suas várias dimensões, sem disjunções. Reações individuais e coletivas, mesmo efêmeras, vinculam-se a intentos práticos de romper com a lógica imperante, por meio de experiências significativas de engajamento. Ainda que não seja seu intento, caso perseverem e cresçam talvez não haja outro remédio: perante uma era de tecnocracia apolítica, será necessário voltar à política, mais uma vez, “para encontrar uma nova utopia” – adverte Rutger Bregman (2018, p. 23-4). Contudo, mais e antes do que criar outro mundo, trata-se de lograr outra maneira de viver no mundo, o que requer em certa medida uma lógica de afastamento e secessão, e uma aposta em novas vivências que, mesmo singulares, possam conduzir à humanização.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Augusto; DIAS, Felipe (2020). Controle social e governo de dados. Revista *Katálysis*, 23 (3): 409-418.
- BAJOIT, Guy (2014). Mensajes a la izquierda de ayer y de hoy. In J. L. CORAGGIO e J.-L. LAVILLE, (Orgs.). *Reinventar la izquierda en el siglo XXI. Hacia un diálogo Norte-Sur* (pp. 129-141). Los Polvorines, Argentina: Universidad Nacional de General Sarmiento.
- BELLUZZO, Luiz (2019). O “velho capitalismo” e o seu fôlego para a dominação do tempo e do espaço. *Cadernos IHU Ideias*, 17 (286). São Leopoldo, Instituto Humanitas Unisinos.
- BREGMAN, Rutger (2018). *Utopia para realistas*. Rio de Janeiro: Sextante.
- COMITÊ INVISÍVEL (2016). *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. São Paulo: N-1 Edições.
- COMITÊ INVISÍVEL (2018). *Motim e destituição agora*. 2ª ed. São Paulo: N-1 Edições.
- DOWBOR, Ladislau (2017). *A era do capital improdutivo*. São Paulo: Autonomia Literária.
- FRASER, Nancy (2014). ¿Puede la sociedad transformarse en una commodity? In: CORAGGIO, José Luis; LAVILLE, Jean-Louis (Orgs.). *Reinventar la izquierda en el siglo XXI. Hacia un diálogo Norte-Sur*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, pp. 523-537.
- FLEURY, Sonia; PINHO, Carlos (2018). Liquefação da rede de proteção social no Brasil autoritário. *Revista Katálysis*, 21 (1): 14-42.
- GAIGER, Luiz (2003). A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Cadernos CRH*, v. 39: 181-211.
- GAIGER, Luiz (2015). Saint-Exupéry e o valor dos laços vinculantes: apontamentos sobre a economia solidária e a felicidade In: A. ROCHA; D. CALDERONI e M. JUSTO (Orgs.). *Construções da felicidade* (pp. 207-231). São Paulo, Brasil: Autêntica.
- GAIGER, Luiz (2016). *A descoberta dos vínculos sociais. Os fundamentos da solidariedade*. São Leopoldo, Brasil: Editora Unisinos.
- GAIGER, Luiz (2020). A reciprocidade e os coletivos de auto-organização da vida comum: uma resposta ao capitalismo de crise. *Otra Economía*, 13 (24): 3-24.
- GAIGER, Luiz; CORRÊA, Andressa (2011). O diferencial do empreendedorismo solidário. *Ciências Sociais Unisinos*, 47 (1): 34-43.
- GARZON, Luis (2020). Ajustes espaciais em escala amazônica ou contagem regressiva dos direitos territoriais. *Revista Katálysis*, 23 (3): 582-589.
- GODELIER, Maurice (1981). D'un mode de production à l'autre: théorie de la transition. *Recherches Sociologiques*, Louvain-la Neuve, 12(2): 161-93.
- GODELIER, Maurice (1984). *L'idéal et le matériel*. Paris: Fayard.
- HAN, Byung-Chul (2015). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes.

- HARVEY, David (1989). *Condição pós-moderna*. São Paulo, Brasil: Loyola.
- HARVEY, David (2011). *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Brasil: Boitempo.
- HOPENHAYN, Martin (2002). A cidadania vulnerabilizada na América Latina. *Revista Brasileira de Estudos da População*, 19 (2): 5-18.
- JUNGES, José Roque (2018). O modelo atual de capitalismo e suas formas de captura da subjetividade e de exploração social. *Cadernos IHU Ideias*, 16 (277).
- KADRITZKE, Niels (2010). Comment l'injustice fiscale a creusé la dette grecque. *Le Monde Diplomatique*, mars, p. 12-13.
- KLIKSBERG, Bernardo (2000). Dez falácias sobre os problemas sociais da América Latina. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 98: 3-26.
- MARX, Karl (1968-1974) [1890-1894]. *O capital (Crítica da economia política)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Livro 3, vol. 6).
- MÉSZÁROS, István (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- NETO, Moysés (2016). Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo. *Cadernos IHU Ideias*, 14 (245). São Leopoldo, Instituto Humanitas Unisinos.
- PIKETTY, Thomas (2014). *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- PIKETTY, Thomas (2019). *Capital et idéologie*. Paris: Seuil.
- POLANYI, Karl (2000) [1944]. *A grande transformação. As origens da nossa época*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Brasil: Campus.
- POLANYI, Karl (1947a). On Belief in Economic Determinism. *Sociological Review*, 39 (1): 96-112.
- POLANYI, Karl (1947b). Our Obsolete Market Mentality. *Commentary*, 3 (2): 109-117.
- REMY, Jean (1984). Religion, rationalité et dynamique affective. *Social Compass*, 31 (2-3): 221-231.
- SASSEN, Saskia (2016). *Expulsões - brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz & Terra.
- SCHUMPETER, Joseph (1982) [1911]. *A Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SCHUMPETER, Joseph (1984) [1942]. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SEN, Amartya (1993). Codes moraux et réussite économique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 100: 58-65.
- TOURAINÉ, Alain (1969). *La société post-industrielle*. Paris: Denoël.
- TOURAINÉ, Alain (1978). *La voix et le regard*. Paris: Les Éditions du Seuil.
- WRIGHT, Erik (2015). *Análise de classes*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 17: 121-163.

ZUBOFF, Shoshana (2020). A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.



Luiz Inácio Gaiger. Doutor em Sociologia pela Universidade Catholique de Louvain, 1991; é Colaborador Voluntário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos de São Leopoldo, RS, além de Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), desde 2000.

Dedica-se a estudos sobre economia solidária, cooperativismo, formas participativas de democracia, políticas públicas e outros temas vinculados à “questão social”, tendo publicado vários livros e dezenas de artigos acadêmicos, além de trabalhos de divulgação (como referência: GAIGER, Luiz et al. (Orgs.). Dicionário Internacional da Outra Economia. (Coimbra: Almedina, 2009).

Coordenou a Cátedra da UNESCO Trabalho e Sociedade Solidária, implantada em junho de 2002 na Unisinos. Com o Prof. José Luis Coraggio da Universidad Nacional de General Sarmiento - Argentina, coordena a Rede de Investigadores Latino-americanos de Economia Social e Solidária – RILESS, sendo codiretor da revista *Otra Economía*. É também membro do Conselho de Diretores da EMES European Research Network.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacobá Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evi-lázio Teixeira
- N. 51 *Violenças: O olhar da saúde coletiva* – Éilda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desemprego na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoece: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke

- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes*, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campepinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Biótica* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Mariñés Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminoti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascuo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexões na literatura universal: Leo Tolstoi – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta

- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lokmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pomalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasseman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsetto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéles Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Torgo Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach

- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrantes-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelson Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martinez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxebarria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Humet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filardi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fountoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lília Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuitas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneilson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinicius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kakzi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais globalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviane Zaremski Braga
- N. 271 *O que caminhar insano sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza* – Flavio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo* – Acacium Oliveira

- N. 275 *Tendências econômicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerilli
- N. 276 *Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord* – Atílio Machado Peppe
- N. 277 *O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social* – José Roque Junges
- N. 278 *Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsionarismo* – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Murj Scalo
- N. 279 *O mal-estar na cultura medicamentalizada* – Luis David Castiel
- N. 280 *Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia* – Alain Gignac
- N. 281 *A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual* – Mário José Maestri Filho
- N. 282 *A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo* – Angela Ganem
- N. 283 *Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome* – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 *Renda básica em tempos difíceis* – Josué Pereira da Silva
- N. 285 *Isabelle Stengers. No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras* – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 *O "velho capitalismo" e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço* – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 *A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk* – Itamar Soares Veiga
- N. 288 *Para arejar a cúpula do judiciário* – Fábio Konder Comparato
- N. 289 *A Nova Providência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira* – Mari-linda Marques Fernandes
- N. 290 *A Universidade em busca de um novo tempo* – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 *Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo* – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 *As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras* – Aloir Pacini
- N. 293 *Mudança de paradigma pós- crise do coronavírus* – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 *O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî* – Faustino Teixeira
- N. 295 *Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer* – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 *O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade* – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 *Escatologias tecnopolíticas contemporâneas* – Ednei Genaro
- N. 298 *Narrativa de uma Travessia* – Faustino Teixeira
- N. 299 *Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver* – Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 *Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução científica na análise econômica* – Armando de Melo Lisboa
- N. 301 *Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular* – Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 *Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas* – Renata Tomaz
- N. 303 *A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre* – Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 *Ártico, o canário da mina para o aquecimento global* – Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 *A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajeto empírico-metodológico de uma pesquisa* – Aline Weschenfelder
- N. 306 *Impactos Ambientais de Parques Edícios no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas* – Rosana Batista Almeida
- N. 307 *História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança* – Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 *Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche* – Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 *Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental* – Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 *A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo* – Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 *Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica* – Faustino Teixeira
- N. 312 *O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio* – Paulo Abe
- N. 313 *Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro* – José Dalvo Santiago da Cruz
- N.314 *Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas* – Castor M.M. Bartolomé Ruiz
- N. 315 *Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura* – Alexandre Alves
- N. 316 *"Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno* – Nicole Soares Pinto
- N.317 *A chacinagem dos chiquitanos* – Aloir Pacini e Loyuá Ribeiro F. M. da Costa
- N. 318 *Mestre Eckhart: Deus se faz presente enquanto ausência de imagens e de privilégios* – Matteo Raschetti
- N. 319 *Indígenas nas cidades: memórias "esquecidas" e direitos violados* – Alenice Baeta
- N. 320 *Pindó Poty é Guarani!* – Roberto Antonio Liebgott e Aloir Pacini
- N. 321 *Desbravar o Futuro. A antropotecnologia e os horizontes da humanização a partir do pensamento de Peter Sloterdijk* – Rodrigo Petronio
- N. 322 *A Trajetória Metodológica Suscitadora de Jesús Martín-Barbero* – Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre



UNISINOS